

Exma. Senhora Presidente da Mesa do Congresso da Federação Nacional da Educação, Dra. Maria João Cardoso

Exmo. Senhor Secretário-Geral da Federação Nacional da Educação, Dr. João Dias
Senhoras e Senhores Presidentes dos sindicatos da FNE

Senhoras e Senhores congressistas

Senhoras e Senhores convidados

Desde o último congresso da FNE, foi doloroso e longo o percurso que nos trouxe até ao presente. Um tempo, fruto de uma malha vil e sinistra dos poderes políticos para connosco, visando despojar-nos de sermos educadores e professores, em pleno, e enquanto tal pudermos conferir ao nosso país o presente e o futuro que lhe é devido.

Ainda que, tardiamente, esse destrato fez-nos despertar para o quão incomportável se havia tornado a nossa vida profissional fortemente sinalizada pela luta sem par que estamos a travar.

É, de apreciar na proposta de Plano de Ação a probidade da sua argumentação, o carrear de um propósito holístico acerca dos caminhos para a Educação em Portugal, que pretendemos efetivar. Porém, concedam-me ser reticente em relação ao tom discursivo que a mesma encerra. Assim sendo, na busca de uma melhor compreensão para a minha linha de pensamento permitam uma incursão à Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas, de Maslow. São, já demais os anos em que nós, educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário, vivemos privados da segurança, inscrita na 2.^a etapa da pirâmide de Maslow, em razão da ausência de segurança do emprego, da saúde, da família, da propriedade, de recursos. Ou seja, estamos em modo de sobrevivência por muito que nos custe admiti-lo, mais não seja por nos sentirmos socialmente diminuídos.

A ausência de um assertivo e inequívoco discurso face a tal situação pode induzir a uma falsa interpretação quanto à intensidade da ação a que estamos vinculamos e quanto à defesa intransigente de condições de trabalho nobres para aqueles que nos concedem a dignidade de tal missão.

Num dia, somos recebidos em reunião com palmadinhas nas costas correspondidas por aqueles que nos representam e, digo eu, incompreensivelmente. Noutra, é-

nos atirado o anátema de sermos fraudulentos por via do concurso de aproximação por motivo de doença ou por via das baixas clínicas de longa duração. Não podemos acolher um discurso gratuito e desprezível, cujo, único propósito, é denegrir e minorizar a nossa imagem perante a opinião pública.

Caras e caros congressistas, o diploma aprovado nas vésperas deste congresso, relativo à aceleração na carreira docente, não passa de uma cereja azeitada colocada sobre o bolo rançoso que o governo nos anda a ofertar, há muito tempo. Na palavra de João Costa o diploma prevê que no mínimo 60 mil professores serão abrangidos pelo mesmo. Diríamos que em conformidade com a cultura de ultrasensibilidade pairando por aí, 60 mil é um número "fofinho".

Tal iniciativa legislativa dispõe de um revanchismo pela iniquidade que encerra. Visa desunir-nos para travar a luta exemplar que temos vindo a abraçar, diga-se, em abono da verdade, num contexto de brutal perda de rendimentos. Para com tal provação cabe-nos responder severamente.

É, de sublinhar que, num raro gesto de equidade o governo vai estender à restante administração pública a aceleração da progressão na carreira. Pergunto eu, por que motivo não foram os docentes presenteados com gesto idêntico, aquando dos aumentos salariais que nos limparam a equiparação aos técnicos superiores da administração pública, desde janeiro último, estando-se em presença dos mesmos atores, António Costa, Fernando Medina, João Costa, Mário Mourão e José Abraão? Terão esses sido vítimas de um lapso de memória coletivo, então?

O princípio do diálogo e da concertação é um dos pilares fundamentais da FNE, e enquanto tal o elemento que mais contribuiu para o seu assinalável legado sindical. Porém, não existe para ser emprestado a quem não o merece, qualquer que seja a circunstância. E, porque estamos confrontados com quem não o merece, o melhor aviso que podemos fazer é o de só estarmos dispostos a dialogar e negociar com este governo, mediante propostas sérias, independentemente, da sua natureza e em sede negocial, num clima de transparência e lealdade institucional.

Sabemos que nos espera uma luta acérrima pela recuperação da nossa dignidade docente, associada, indubitavelmente, ao restabelecimento da qualidade profissional e pessoal, intrínseca à nossa condição de pertença às classes médias,

porque é esse o nosso lugar, conferido pelo liberalismo contemporâneo, unanimemente reconhecido.

Desejo ao Pedro Barreiros, candidato a Secretário-Geral da FNE e à sua equipa o dom para trilharem os caminhos certos que ansiamos.

Ao João Dias, ficam os meus votos de uma aposentação feliz, após o tempo de vida que emprestou à FNE como seu Secretário-Geral e marcado pela sapiência, altruísmo e resiliência.

Finalizo, lembrando Manuela Teixeira, fundadora da nossa federação e herdeira de um legado sindical sem paralelo na defesa dos profissionais da educação, no panorama sindical português. Sabiamente afirmava: "os governos passam, mas nós continuamos".

Viva a FNE!